SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/04/2015 - Telesíntese

Telebras não fez licitação em mais da metade dos contratos de 2014

A empresa publicou hoje no DOU as informações financeiras divulgadas ao mercado no mês passado, quando registrou prejuízo acumulado de R$ 263 milhões.

A empresa informa que 52% dos 116 contratos realizados no ano passado foram feitos com dispensa de licitação. Segundo ela, as razões para que metade dos gastos realizados em 2014 terem sido feitos sem licitação se devem à "participação da Telebras em eventos que promoveram sua marca; contratação de empresas para capacitação dos colaboradores; necessidade de locações de terrenos e fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica, nos quais a Telebras abriga suas Estações de Atendimento e Pontos de Presença, além de contratações referentes à atividade-fim da Companhia". O resultado operacional da empresa – que apresentou prejuízos milionários e queda no faturamento – foi comunicado à CVM no mês passado.

A Telebras gastou com contratos no ano passado R$ 102 milhões. As compras sem licitação – 61 contratos, de 116 – somaram R$ 29 milhões. Os maiores gastos foram feitos por intermédio de pregão eletrônico de registro de preço, no valor total de R$ 57,77 milhões.

Programas

Para este ano, a operadora pretende aumentar o backbone nacional de 21 mil quilômetros para 28,7 mil quilômetros, continuar com o projeto de construção e lançamento do satélite geoestacionária, em joint-venture com a Embraer, e dar continuidade ao programa de cabo submarino internacional.

13/04/2015 - Telesíntese

Anatel confirma restrições à Vivendi na Telefônica Brasil

Foi publicada hoje no DOU a anuência prévia da Anatel para a segunda etapa da compra da GVT pela Telefônica Vivo, que inclui a permuta de ações.

cA Anatel publicou hoje no Diário Oficial da União a decisão tomada em março passado, que concede a anuência prévia para a permuta de uma parte das ações que a Vivendi tem na Vivo com a venda da GVT, por ações da Telecom Italia.

Como a operadora francesa vai ficar com o controle indireto de duas operadoras de celular brasileira – a Vivo e a TIM -, a Anatel estabeleceu alguns condicionantes, como a suspensão de todos os direitos de acionista no grupo Telefônica Brasil e proibição de aumento de capital da empresa francesa no grupo brasileiro.

Este segundo passo da operação contempla a permuta de 12% das ações ordinárias e 0,7% (sete décimos por cento) das ações preferenciais da Telefônica Brasil S.A. que serão detidas pela Vivendi por 8,3% das ações com direito a voto detidas pela Telefónica S.A. no capital social da Telecom Italia Spa, implicando o ingresso da Vivendi no grupo de controle da operadora italiana.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/04/2015 - Telesíntese

Mundo terá 1 bilhão de assinantes na banda larga fixa em 2019

Em 2014, o número de assinantes alcançou 733 milhões, após aumento de 8% sobre o ano anterior, segundo a Infonetics

A empresa de pesquisa de mercado Infonetics Research lançou um relatório sobre o estado da banda larga fixa no mundo, projeções para a evolução dessa forma de conexão para os próximos anos. Segundo os dados, até 2019, haverá no planeta 1 bilhão de pessoas que assinam banda larga fixa. Os acesso serão em xDSL, cabo, FTTH ou FTTB+Lan.

Em 2014, o número de assinantes alcançou 733 milhões, após aumento de 8% sobre o ano anterior. "Os provedores de acesso ao redor do mundo continuam ganhando usuários, de maneira sólida", avalia Jeff Heynen, analista principal para banda larga e TV paga da Infonetics.

Segundo ele, serviços OTT deram novo fôlego ao provimento de acesso veloz fixo. "A indústria da banda larga passou a ser orientada pelo consumidor. Os consumidores salvaram o negócio da banda larga fixa ao aderirem ao Netflix e outros serviços de streaming de vídeo", analisa.

Segundo a pesquisa, o DSL continua a tecnologia de acesso mais comum. Mas a maior parte dos novos usuários veio para FTTH e DOCSIS 3.0 (cabo). Os assinantes FTTH aumentarm 22% em 2014 em relação a 2013, atingindo mais de 100 milhões. A região Ásia Pacífico tem 50% dos acessos fixos. China e o sudeste asiático devem manter o ritmo de crescimento, aposta a consultoria. Isso porque a China Telecom é hoje a mair provedora de acesso do mundo.

A Infonetics projeta crescimento composto de 5% ao ano até 2019. Além de China, os país com maior crescimento no setor serão Rússia, Brasil, México, Argentina, Indonésia, Tailândia e Vietnã.

13/4/2015 - Correio do Brasil

Ministério da Educação libera R$ 100 milhões para oferta de vagas pelo Senai

Portaria do Ministério da Educação, publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União, libera R$ 100 milhões para a oferta de vagas na formação profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

De acordo com o texto, a instituição está apta a receber os recursos financeiros, na condição de parceira do governo na oferta de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/04/2015 - CUT

Terceirização está ligada a condições análogas à escravidão, diz representante do Dieese

Para o presidente da OAB, Dino Andrade, a PL é um retrocesso

A representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CPF) que discute o projeto que regulamenta a terceirização (PL 4.330/2004), Lilian Marques, apresentou dados sobre trabalhadores mortos ou resgatados de condições análogas à escravidão.

Entre 2010 e 2013, nas 10 maiores operações de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão, quase 3.000 dos 3.553 casos envolviam terceirizados.

No caso de óbitos durante o serviço no setor elétrico, em 2013 perderam a vida 61 terceirizados, contra 18 empregados diretos. Na construção de edifícios, foram 75 falecimentos de terceirizados num total de 135 mortes.

Nas obras de acabamento, os terceirizados foram 18 do total de 20 óbitos, nas de terraplanagem, 18 entre 19 casos e nos serviços especializados, 30 dos 34 casos detectados.

Para Lilian Marques, estes números refletem a forma como os trabalhadores terceirizados são tratados pelos empregadores, em aspectos como segurança e treinamento.

A sindicalista ainda apresentou dados do Dieese que demonstram que a rotatividade entre terceirizados é o dobro da que existe entre empregados diretos. Afirmou ainda que são inúmeros os casos de calotes em todo o país, de empresas que fecham as portas sem pagar seus contratados.

Marques reiterou que o PL 4.330/2004 envolve inúmeros interesses, citando como um exemplo a Petrobras, que hoje chega a contratar cerca de 360 mil trabalhadores como terceirizados, contra 86 mil diretos.

Direitos negados

O presidente da Comissão de Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dino Andrade, chamou o PL 4.330 de "enorme retrocesso". Ele alerta que o texto como está faculta aos empregadores o cumprimento de direitos básicos como o atendimento médico, ambulatorial ou de refeição.

— Chegaremos a uma situação em que as empresas existirão sem empregados. O texto como está favorece apenas a classe empresarial.

O senador Helio José (PSD-DF) já adiantou sua posição contrária ao projeto, citando estudos que demonstram o rebaixamento dos salários. O presidente da Comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), informou que até 11 horas da manhã a audiência já havia recebido 304 manifestações de internautas, sendo 303 delas contrárias à aprovação da proposta.

Já o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Azevedo Lima, teme que a aprovação do projeto leve ao aumento de casos de corrupção, pois avalia que vagas hoje reservadas a concursados no serviço público passarão a ser direcionadas para indicações políticas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/04/2015 - Brasil de Fato

'Na proposta de regulação dos meios de comunicação não há censura'

Secretária do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação fala sobre regulação da mídia e direito à comunicação

Moradia, educação, saúde são direitos humanos, todo mundo sabe. Mas a comunicação? Renata Mielli, que é jornalista e secretária geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), explica que é um direito fundamental, que passa pela possibilidade de produzir, transmitir e receber informação e cultura dos mais variados jeitos. Este é um dos temas do 2º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação, que acontece de 10 a 12 de abril, em Belo Horizonte. Nesta entrevista, Renata fala também do Projeto de Lei da mídia democrática e da diferença entre regulação e censura.

Brasil de Fato- Vai acontecer o 2º Encontro pelo Direito à Comunicação em Belo Horizonte. Por que falar em 'direito à comunicação'? o que isso quer dizer?

Renata Mielli - Apesar de ser vista na sociedade como a prestação de um serviço de informação, entretenimento e lazer, na verdade a comunicação é um direito cada vez mais importante e fundamental. Em uma sociedade midiatizada, garantir a todos os grupos sociais a possibilidade de produzir, transmitir e receber informação e cultura nas mais variadas plataformas é condição essencial para a construção da própria democracia. Não há democracia possível sem liberdade de expressão. O direito à comunicação também é indispensável para a concretização de outros direitos. Através da informação que circula nos meios de comunicação é possível levar às pessoas conhecimento e noção de outros direitos como educação, saúde, moradia, etc. Ou seja, cada vez mais é preciso que as pessoas vejam a comunicação como um direito e se engajem na luta para que ele seja efetivado. Por isso, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e tantas outras entidades têm trabalhado a necessidade de se constituir uma agenda de luta ampla para que o Brasil avance nesta pauta.

Há um projeto de lei de iniciativa popular pela democratização da mídia. Em linhas gerais, o que pode mudar com a aprovação desse projeto?

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) nasceu da necessidade de materializar em propostas concretas a bandeira de luta por um novo marco legal para a comunicação no país. Após a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) no final de 2009, o governo federal se comprometeu a apresentar à sociedade um debate público sobre o tema, seja a partir de uma consulta pública ou de um anteprojeto de lei. No final do governo Lula, tínhamos a notícia de que este trabalho tinha sido sistematizado e que caberia, então, ao governo Dilma encaminhar o debate. Ocorre que a discussão não veio e o movimento social então assumiu a tarefa de elaborar – a partir das resoluções da Confecom e, depois, da síntese que aglutinou as principais resoluções em torno dos 20 pontos para uma comunicação democrática – uma proposta no formato de projeto de lei. O PLIP tem como foco propostas para regulamentar os artigos da Constituição Federal que tratam da Comunicação Social Eletrônica, principalmente televisão e rádio, que são objeto de concessão pública. Ele propõe parâmetros mais transparentes e democráticos para a discussão das outorgas e renovação das outorgas de rádio e televisão, define regras para impedir a formação de monopólio na comunicação, proíbe a propriedade cruzada, define como deve ser a distribuição dos canais de rádio e televisão entre emissoras públicas, privadas e estatal, define regras para a veiculação da produção regional e independente...Enfim, são 33 artigos que dispõem sobre a garantia de diversidade e pluralidade, respeito aos direitos humanos e mecanismos para a sociedade pode participar da discussão e encaminhamento das políticas públicas de comunicação. Para que o PLIP seja encaminhado ao Congresso Nacional precisamos recolher 1,4 milhões de assinaturas. Não é uma tarefa fácil, quanto mais de forma descentralizada em todo o país. Não temos ainda uma estimativa de quantas assinaturas já foram recolhidas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Sempre que se discute regulação dos meios de comunicação a mídia diz que isso é uma tentativa de censura. Mas qual a diferença entre as duas coisas?

Esse é um artifício que os grandes meios de comunicação utilizam para impedir que exista regulação da atividade de comunicação. Isso não é usado apenas aqui no Brasil, em outros países do mundo os conglomerados midiáticos também usam esse argumento. A ausência de regras é a principal fonte do poder político e econômico dos grandes impérios da mídia. É por não haver parâmetros que determinem os limites da atuação destas empresas que eles atuam sob o lema de que os fins justificam os meios. Ignoram princípios éticos e constitucionais. Incitam o ódio, manipulam a opinião pública, vocalizam valores conservadores e atuam politicamente em defesa dos interesses da elite econômica da qual fazem parte e são porta-vozes. Também é preciso deixar claro que o sujeito do direito à comunicação não é a empresa jornalística ou de comunicação, é o cidadão. Ao argumentarem que o estabelecimento de regras para o setor é censura estão, na verdade, tentando preservar o direito privado à censura que eles praticam cotidianamente ao manipular as notícias que publicam. A mídia torna invisível os agentes dinâmicos da sociedade, os movimentos sociais, os movimentos culturais que estão fora dos centros econômicos do país. Na proposta de regulação dos meios de comunicação não há, em nenhuma linha, qualquer item que possa ser apontado como censura.

Por que há tão poucas opções de informação além dos grandes instrumentos?

Porque a atividade de comunicação é cara e tem muitas barreiras de entrada para outros setores, inclusive econômicos, atuarem. No caso do rádio e da televisão há o problema da falta de transparência e critérios republicanos para o debate de que grupos devem ou não ocupar este espaço privilegiado de comunicação com a sociedade. Porque no Brasil a exploração comercial da comunicação impediu o surgimento de veículos públicos, na contramão do que ocorreu em países de tradição democrática mais consolidadas. O fator novo neste cenário foi o surgimento da internet e com ela a possibilidade de se constituir meios alternativos, sites de organizações do movimento social, blogs, sites de notícias independentes. A internet permitiu a proliferação de novas narrativas contra-hegemônicas, um campo fértil que abriu espaço para que as vozes que estavam caladas e invisibilizadas pela grande mídia tivessem um canal de expressão.

O que é a comunicação pública e como ela poderia ser fortalecida?

Penso que a comunicação pública é um instrumento indispensável para promover mais diversidade e pluralidade. Concebendo público como aquele que tem grande incidência e participação das organizações culturais, políticas e sociais, interagindo para construir uma comunicação que se paute por valores e parâmetros totalmente diferentes daqueles que orientam a comunicação comercial. A sociedade precisa estar empenhada para exigir que o Brasil tenha um campo público de comunicação que possa ser de fato uma alternativa para a comunicação comercial hoje hegemônica. São poucas e ainda recentes as experiências que temos neste sentido. Nacionalmente a EBC, que precisa passar por um processo profundo de debate sobre seu objetivo para cumprir efetivamente um papel ativo no sistema de comunicação. Acho que este é um caminho que precisa ser perseguido.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/04/2015 - Vermelho

Contrariando pessimistas, ações da Petrobras acumulam alta de 30%

Nesta segunda-feira (13), a Petrobras volta a ser destaque e alavanca o Ibovespa. Para surpresa dos pessimistas, as ações da companhia lideram os ganhos do índice com folga. De acordo com informações do Blog Fatos e Dados, a estatal brasileira alcança 30% de alta no mês, mesmo sob a linha de fogo do consórcio golpista (direita conservadora, mídia burguesa e sistema financeiro).

As ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobras fecharam em alta de 4,99%, a R$ 12,42, enquanto as preferenciais (as mais negociadas, com prioridade na distribuição de dividendos) avançavam 3,81%, para R$ 12,27, na maior cotação de fechamento desde meados de dezembro do ano passado.

No entanto, a estatal desacelerou nos ganhos após disparar 7% com notícia publicada pelo serviço Broadcast da Agência Estado, infomando que a Petrobras pretende vender a participação que detém na petroquímica Braskem, empresa controlada pela petroleira em conjunto com a Odebrecht.

Empiricus e o fim dos tempos

Os consecutivos dados positivos da Petrobras derrubam de vez os recentes argumentos difundidos pela consultoria Empiricus. Para quem não lembra, ela foi responsável por materias difundidos nos diferentes meios e espaços, durante a campanha eleitoral de 2014, que previam "10 anos de recessão" no Brasil e o sucateamento da Petrobras.

Vale cresce para baixo

Na linha contrária, o lado negativo ficou com a Vale. Os dados ruins da balança comercial chinesa afetaram o desempenho das ações da mineradora. Além disso, a agência de classificação de risco S&P colocou a nota da Vale em perspectiva negativa. As ações preferenciais da mineradora brasileira caíram 1,56% e as ordinárias tiveram desvalorização de 0,98%.

13/04/2015 - CUT

Dilma declara: “Sou contra a redução da maioridade penal”

Para a presidenta, se a proposta se tornar lei, será “um grande retrocesso para o país”

Em texto publicado em sua página no Facebook, na tarde desta segunda-feira (13), a presidenta Dilma Rousseff (PT) se manifestou contrária à redução da maioridade penal. “Isso seria um grande retrocesso para o nosso País.”

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e conta com o apoio do presidente da Casa para tramitar com velocidade na Casa.

“Reduzir a maioridade penal não vai resolver o problema da delinquência juvenil. Isso não significa dizer que eu seja favorável à impunidade. Menores que tenham cometido algum tipo de delito precisam se submeter a medidas socioeducativas, que nos casos mais graves já impõem privação da liberdade”, afirmou a presidenta, para lembrar, em seguida, que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) é uma “ legislação avançada” e que “pode ser aperfeiçoado.”

Leia mais em:
http://www.cut.org.br/noticias/dilma-sou-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-e34f/